

**REUNIÃO
DO EXECUTIVO**

**ACTA N.º 11
DE 19-04-2007**

ACTA N.º 11

Data da reunião extraordinária: 19-04-2007

Local da reunião: Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Santarém

Início da reunião: 21:20 horas

Términus da reunião: 24:00 horas

Resumo diário da Tesouraria: 17/04/2007 2.906.909,76 €

Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:

Presidente: Francisco Maria Moita Flores

Vereadores: Rui Pedro de Sousa Barreiro

Ramiro José Jerónimo de Matos

Manuel António dos Santos Afonso

Lígia Corujo Reis Batalha

Luís Manuel da Graça Batista

José Marcelino

Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves

Henriqueta da Graça Pereira Carolo

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Nazaré de Matos Ferreira Pais da Costa

Cargo: Chefe de Secção

Faltas justificadas:

Faltas por justificar:

-----**ABERTURA DA ACTA**-----

--- O **senhor Presidente** declarou aberta a reunião, eram vinte e um horas e vinte minutos, dando conhecimento da presença dos senhores José Marcelino e Luís Batista, nesta reunião, em substituição dos senhores Vereadores Luísa Mesquita e Joaquim Neto, respectivamente, nos termos dos artigos setenta e oito e setenta e nove da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro. -----

--- Informou que a reunião prevista para o próximo dia vinte e três, no Governo Civil, para apresentação pública dos traçados da linha ferroviária da linha do Norte, com a presença de técnicos da REFER, teve que ser adiada por razões de agenda do senhor Governador Civil. Assim, o assunto será abordado na reunião do Executivo Municipal do dia sete de Maio e, à noite realizar-se-á apresentação pública no Governo Civil. -----

-----**OUTRAS DELIBERAÇÕES**-----

--- **RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM E BALANÇO SOCIAL, REFERENTES AO ANO DE DOIS MIL E SEIS**-----

--- Para apreciação e votação, foram presentes os documentos em epígrafe, que se dão por integralmente transcritos nesta acta, ficando os mesmos arquivados em pasta anexa ao livro de actas (Documentos I, II e III respectivamente).-----

--- Sobre este assunto verificaram-se as seguintes intervenções: -----

--- **Senhor Vereador Luís Batista** – Começou por referir que irá proceder à análise dos documentos no pressuposto de que estas contas são as reais e efectivas no final do ano de dois mil e seis. Assim, iniciou a análise pela origem de fundos ou seja a receita do município, referindo que no ano de dois mil e seis o valor da receita corrente era vinte e cinco milhões oitocentos e trinta e quatro mil euros, verificando-se um crescimento de cerca de dois milhões de euros em relação ao ano de dois mil e cinco devido, essencialmente, aos impostos directos, nomeadamente, a contribuição autárquica/IMI e sisa/IMT, ou seja apesar de haver alguns decréscimos, designadamente no que se refere à venda de bens e prestação de serviços correntes, existe este aumento de cerca de dois

milhões de euros ao nível da receita corrente.-----

--- Ao nível da receita de capital, no montante de nove milhões setecentos e quarenta e nove mil trezentos e vinte e oito euros, verifica-se um decréscimo de cerca de um milhão de euros em relação ao ano de dois mil e cinco devido, essencialmente, à quebra de arrecadação dos fundos comunitários, por se estar na fase final do terceiro quadro comunitário. Disse compreender esta justificação todavia, em termos comparativos, os fundos comunitários nos anos anteriores, pelo valor arrecadado, parecem-lhe terem sido aproveitados ao máximo pelos anteriores Executivos.-----

--- No ano de dois mil e seis o total da receita correspondeu a trinta e cinco milhões quinhentos e noventa e seis mil euros mais o saldo da gerência anterior de cerca de um milhão de euros.-----

--- Prosseguiu, aludindo à aplicação de fundos, ao nível da despesa, referindo que a despesa corrente ascendeu a vinte e quatro milhões novecentos e noventa e seis mil euros, verificando-se relativamente a dois mil e cinco um aumento de mais quatro milhões de euros distribuído pela rubrica de Pessoal que registou um aumento de um milhão de euros, a rubrica aquisição de bens e serviços registou um aumento de cerca de dois milhões, sendo a parte restante de juros e outros encargos, um milhão de euros. ----

--- As despesas de capital ascenderam a onze milhões e oitenta e sete mil euros, apresentando relativamente ao ano anterior um decréscimo de cerca de dois milhões e seiscentos mil euros devido, essencialmente, à quebra no investimento que, em seu entender foi o mais baixo nos últimos cinco anos, apresentando uma taxa de execução de vinte e oito vírgula dez por cento, correspondendo o total da despesa a trinta e seis milhões e oitenta e três mil euros.-----

--- Sublinhou, na despesa corrente, o Pessoal, com um valor de dez milhões seiscentos e trinta e dois mil oitocentos e catorze euros, tendo aumentado nove por cento - cerca de um milhão de euros - em relação a dois mil e cinco, valor este com certeza dentro dos limites impostos por Lei.-----

--- A rubrica aquisição de bens e serviços apresenta o valor de nove milhões cento e oitenta e um mil e trezentos euros, na aquisição de bens um milhão duzentos e vinte mil

euros e na aquisição de serviços cerca de oito milhões de euros. Disse estar-se na presença de um aumento de dois milhões de euros, vinte e nove por cento em relação ao ano de dois mil e cinco. Neste âmbito as verbas foram distribuídas da seguinte forma:

- publicidade trezentos e cinquenta e seis mil euros, publicidade do Departamento de Assuntos Culturais e Sociais duzentos e trinta e oito mil euros. Acrescentou que embora haja alguma verba que corresponde a publicidade obrigatória, aparecem duzentos e trinta e oito mil euros quatrocentos e onze euros referentes a outro tipo de publicidade.-----

- Outros trabalhos especializados um total de um milhão trezentos e vinte e cinco mil quinhentos e vinte e oito euros. Considerou este valor exagerado. -----

- Estudos, projectos e consultoria quatrocentos e cinquenta e três mil euros; -----

- a rubrica Outros Serviços, um milhão trezentos e um mil quinhentos e catorze euros.

Neste, conforme se diz no preâmbulo, está integrado um milhão cento e quarenta e oito mil euros de oferta cultural. Referiu que estes valores lhe parecem bastante exagerados atendendo às dificuldades financeiras do Município, principalmente a parte referente à oferta cultural. Disse não ter nada contra as festas mas considera que se gastou demasiado neste âmbito, além de se proceder de imediato aos pagamentos, conforme se pode ver no anexo dos contratos, quando se fala tanto na dívida aos pequenos fornecedores.-----

--- No âmbito das Grandes Opções do Plano considerou que se está na presença de uma baixíssima taxa de execução ao nível do plano de investimentos. Em termos de investimento e do plano de investimento a taxa de execução foi de vinte e um vírgula sessenta e quatro por cento. Disse pensar que é a pior execução dos últimos anos. Referiu que quando se fala na taxa de execução das Grandes Opções do Plano e nas actividades mais relevantes é preciso lembrar que além do investimento constam também já rubricas de despesa corrente.-----

--- Prosseguiu dizendo que no preâmbulo deste documento se refere que o Executivo prosseguiu a sua acção privilegiando o investimento mais deficitário e prioritário. Depois são enumeradas uma série de actividades/obras que, em seu entender, são mais actividades que obras, e que, de certa forma, confirmam os números que acabou de

mencionar. Referiu obras como o jardim dos cravos, beneficiação do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente, início das infra-estruturas dos fogos de habitação social, algumas intervenções nas escolas, todavia as obras de que realmente tanto se vem falando não aparecem no relatório de dois mil e seis, nem o projecto nem a execução. A este propósito disse que pensava que se conseguia até dois mil e seis um ou dois relvados sintéticos, todavia não se conseguiu o relvado sintético e também não se conseguiu chegar a um acordo para o aproveitamento do campo da Quinta do Gualdim. Disse pensar que poderia haver um entendimento para aproveitamento daquele espaço e a colocação de um contentor para balneários que pudesse realmente servir a população do Concelho.-----

--- Relativamente à situação financeira e patrimonial referiu que o Balanço revela a situação financeira da autarquia em trinta e um de Dezembro de dois mil e seis mostrando uma baixa do activo circulante. Nas disponibilidades baixou cerca de quatrocentos e sessenta mil euros e a dívida de terceiros também baixou dois milhões e quatrocentos mil, havendo contudo uma alteração positiva em termos de activo fixo nomeadamente nas imobilizações corpóreas e imobilizações em curso. -----

--- Quanto ao passivo verifica-se um aumento na dívida a terceiros no valor de dois milhões de euros em relação ao ano de dois mil e cinco, havendo uma passagem da parte da dívida de curto prazo para médio e longo prazo que faz aliviar a tesouraria mas não consegue baixar o nível da dívida. Neste aumento de dois milhões de euros, um milhão é para instituições de crédito e o outro milhão é dívida de curto prazo que depois passou para médio/longo prazo. Disse que lhe parecia terem sido feitos factorings na sequência do acordo com as juntas de freguesia no sentido da dívida ser paga através do banco, possibilitando à Câmara dividir essa dívida ao longo dos anos até ao ano de dois mil e catorze.-----

--- A finalizar aludiu à demonstração de resultados, onde se verifica uma situação líquida de cento e quinze mil euros que é um valor muito inferior ao do ano de dois mil e cinco pelos motivos já apresentados, ou seja crescimento dos custos e perdas e baixa nos proveitos e ganhos.-----

--- **Senhor Vereador José Marcelino** – Referiu que a concepção destes documentos melhorou significativamente. A sua apresentação está mais clara e é sempre agradável verificar que um documento desta grandiosidade é de fácil leitura e, naturalmente, foi de difícil execução. Felicitou os serviços pela qualidade deste trabalho. -----

--- Recordou que também esteve na reunião da apresentação do orçamento e grandes opções do plano e na declaração de voto da CDU - Coligação Democrática Unitária disse, entre outras coisas, que gostaria que o PSD - Partido Social Democrata tivesse engenho, arte e a coragem suficientes para alterar a gestão da Câmara Municipal de Santarém. Reconheceu que o engenho, a arte e a coragem não foram suficientes, na sua opinião, apesar dos constrangimentos que são bastantes face à situação que a Câmara atravessa em termos económicos e à transferência constante de competências do Governo para as Câmaras, sem as respectivas contrapartidas monetárias ou a chegarem com alguma dificuldade. Todavia na sua opinião era possível e desejável ter uma outra postura e não aquela que tem vindo a ter. -----

--- O Município de Santarém tem efectivamente uma difícil situação económica que deveria na sua opinião passar por uma fortíssima contenção dos custos, nomeadamente dos fornecimentos e serviços externos na sua globalidade, nas despesas correntes. Em seu entender tal não aconteceu. As despesas correntes vinham até, embora pouco e criticadas pela CDU - Coligação Democrática Unitária e pelo PSD - Partido Social Democrata, no mandato anterior, a ter alguma poupança, que rondava os vinte por cento. Nos documentos em apreço as despesas correntes são quase equilibradas com as receitas correntes o que quer dizer que não houve, na sua opinião, poupança que deveria ser canalizada para diminuir a dívida da Câmara. -----

--- Constatou que a dívida de curto prazo foi alterada para menos sete milhões de euros mas transformou-se em médio/longo prazo e a sua transformação não a liquida, adia para amanhã aquilo que se devia pagar já hoje.-----

--- Reafirmou ser importante que a gestão económica da Câmara se pautar por um ataque fortíssimo à dívida e não aquilo que o PSD - Partido Social Democrata tem vindo a fazer, desenvolvendo uma acção de marketing em detrimento do saneamento financeiro que o

Município de Santarém exige dada a sua situação extremamente difícil. Disse haver situações preocupantes que iria realçar, designadamente a questão da alteração da dívida de curto prazo para médio/longo prazo, reduzindo a pressão sobre a tesouraria mas não liquidando a dívida, obviamente. -----

--- Disse ter havido um aumento na receita corrente que se traduziu em cerca de oito e meio por cento, correspondente a dois milhões e vinte e um mil euros e este valor não foi canalizado para a redução do passivo o que teria sido interessante. -----

--- A receita total, neste ano de dois mil e seis em relação a anos anteriores, é um dos melhores anos desde mil novecentos e noventa e oito, só suplantada em dois mil e quatro, todavia não teve também a respectiva correspondência. Referiu que efectivamente, houve uma arrecadação de receita por via de financiamentos a decorrer e que foram utilizados este ano e, portanto, há um aumento de receita que foi canalizada para pagar alguma dívida mas não se traduz depois na realização de obra significativa. --

--- Realçou o aumento das despesas com pessoal pese embora se diga que reduz para quarenta e dois e meio por cento, quando em dois mil e cinco foi quarenta e seis vírgula sete por cento. De facto em termos nominais há um aumento de oitenta e sete mil duzentos e vinte e cinco euros. Portanto ela é mais baixa em termos percentuais porque a receita também é maior. -----

--- Outra preocupação tem a ver com os custos com fornecimentos e serviços externos que têm uma subida muito significativa, de vinte e oito vírgula setenta e cinco por cento, e o valor total dos custos sobe dezoito vírgula setenta e cinco por cento relativamente ao ano de dois mil e cinco naquilo que foram os custos totais. -----

--- Outro factor que também pode ser complicado dada a alteração significativa nos custos do capital face às subidas das taxas de juro começando, efectivamente, a ser preocupante o valor do serviço da dívida que passou em termos dos custos dos passivos financeiros da despesa total, para quase o dobro. -----

--- Outra preocupação bastante importante tem a ver com as facturas em conferência, que, pela primeira vez surgem neste documento. Considerou o valor extremamente elevado, referindo que esta situação não deveria ter acontecido. Acrescentou que não é

uma culpa deste Executivo nem foi culpa do anterior, deve-se a alguma falta de coragem do anterior Executivo porque deveria ter levado este assunto até à última consequência. Considerou esta situação muito grave. -----

--- Manifestou-se também preocupado pelo facto da despesa de funcionamento se aproximar quase da receita corrente. -----

--- Prosseguiu referindo que o serviço da dívida aumentou, fruto da evolução negativa das taxas de juro, de cinco por cento para nove vírgula nove, é o dobro, sendo uma situação extremamente preocupante. Esta contínua subida faz com que o serviço da dívida passe de cinco por cento para dez por cento, o que exige uma contenção em algumas despesas que provoque uma descida drástica nestes custos para que no futuro o objectivo não seja apenas o arranjar dinheiro para pagar as dívidas. A propósito das dívidas disse terem uma expressão em termos de aumento do seu valor total em relação a dois mil e cinco para dois mil e seis de cerca de dois milhões de euros que é significativa quando a receita arrecadada também é de dois milhões a mais, pelo que há uma evolução negativa de quatro milhões de euros.-----

--- Considerou que se trata, efectivamente, de um panorama pouco simpático, todavia na sua opinião o Município de Santarém é perfeitamente viável. Deverá contudo fazer-se uma inversão na forma de gestão para evitar que no futuro as dificuldades sejam maiores. Assim, é importante que haja e não há neste ano de dois mil e seis, uma vontade e uma direcção clara para que se atinja aquilo que a CDU - Coligação Democrática Unitária pensa ser a prioridade das prioridades: a redução do passivo da Câmara Municipal de Santarém. -----

--- **Senhor Vereador Ramiro Matos** – Realçou a nova apresentação dos documentos e felicitou os técnicos que se empenharam para produzir estes documentos com novas matrizes, com todas as dificuldades que existiram com as aplicações informáticas para conseguirem ter esta prestação de contas concluída atempadamente. -----

--- Estranhou a forma como o PS – Partido Socialista iniciou a sua intervenção ao referirem que partem do pressuposto que estas contas são as contas reais, como se não soubessem a quantidade de facturas que deixaram sem cabimentação e os subsídios por

atribuir. Frisou que o balanço não espelha a situação real da Câmara, tal como já disse várias vezes desde o início do mandato, considerando inadmissível que o PS - PARTIDO SOCIALISTA continue a fazer esse tipo de comentários. -----

--- Respondendo ao senhor Vereador Marcelino referiu que as facturas em conferência constituem um problema grande que este Executivo herdou, todavia, sublinhou que se conseguiram reduzir em dois milhões de euros e até trinta e um de Maio foi definido um objectivo para os serviços no âmbito do SIADAP – Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública, no sentido de apresentarem um relatório pormenorizado sobre quais são as facturas que estão em conferência e quais são as deliberações e despachos dos senhores vereadores do anterior mandato que não estão cabimentadas e não estão espelhadas nem no orçamento, nem no balanço. Acrescentou que este levantamento está a ser feito tendo sido definida, em termos de SIADAP, a respectiva conclusão até trinta e um de Maio. -----

--- Na sequência de um comentário do senhor Vereador Manuel Afonso afirmou que irá integrar todas as facturas em conferência, acrescentando ser inadmissível que existam facturas em conferência desde a década de noventa. -----

--- Confirmou o aumento das despesas correntes referindo que são várias as razões que justificam este aumento, salientando neste âmbito o aumento das despesas com pessoal, com destaque para os cerca de cinquenta contratos celebrados em Agosto de dois mil e cinco que neste ano apenas tiveram a contabilização de cinco meses, ao contrário do ano de dois mil e seis em que foram contabilizados catorze meses. Acrescentou que, como é natural foi cumprido o limite das despesas com Pessoal, verificando-se até um saldo positivo de cerca de cem mil euros. Neste âmbito lembrou ainda, as promoções, progressões na carreira e encargos sociais. -----

--- No que se refere ao aumento das prestações de serviços lembrou a crescente descentralização de competências do Estado nas Autarquias no âmbito da educação que se traduziu num aumento de dois milhões de euros. A este propósito sublinhou que o aumento dos complementos do primeiro ciclo são despesas correntes, as refeições escolares são despesas correntes, os transportes das crianças são despesas correntes.

Considerou que o aumento das prestações de serviços em dois milhões de euros, está devidamente justificado com a subida verificada na educação. Por outro lado referiu que os novos desafios que se colocam às autarquias levam a que se recorra à prestação de serviços, aumentando, por consequência, a rubrica fornecimentos e prestação de serviços. Relativamente aos juros, considerou que efectivamente a taxa é importante mas a dívida acumulada pesa muito mais do que a própria taxa. -----

--- Relativamente aos comentários considerando ter-se verificado a taxa mais baixa de execução de despesas de capital nos últimos anos, referiu que em seu entender o que houve foi coragem de parar para pensar, para projectar, para planear e por isso é que se verifica vinte e um vírgula sessenta e quatro por cento de execução no plano plurianual. Em termos orçamentais considerou a execução boa, tendo em conta as circunstâncias e restrições que ocorreram, designadamente no que se refere à operação de antecipação de receitas que não foi possível efectivar por razões não imputáveis ao Executivo, e mesmo assim conseguiu-se uma execução orçamental de cinquenta e dois vírgula noventa e um por cento. Assim, considerou uma execução boa, até porque se a operação de antecipação de receitas fosse retirada do orçamento a taxa de execução atingiria os oitenta por cento e, caso tivesse sido concretizada, ter-se-iam liquidado as dívidas segundo o plano acordado e ter-se-ia uma execução perto dos noventa por cento. -----

--- Sublinhou que outra das razões para o investimento ser baixo tem a ver com os documentos que não haviam sido objecto de deliberação, referentes a juntas de freguesia, associações e outras entidades. Nestas condições foram integrados no orçamento documentos que correspondem a cerca de três milhões de euros e que como é evidente prejudicam as taxas de execução. -----

--- Relativamente ao facto da dívida de curto prazo ter passado para dívida de médio/longo prazo frisou ser uma medida de boa gestão porque alguns fornecedores receberam e a Câmara ficou a dever a instituição financeira. No que se refere a fornecedores conseguiu-se reduzir cento e cinquenta e quatro credores da Câmara na comparação com trinta e um de Dezembro de dois mil e cinco. Referiu que estes dados têm que ser evidenciados porque com esta operação, que considera ser saneamento

financeiro, e mesmo com as adversidades de não se ter aprovado a operação de antecipação de receitas, conseguiram-se estes resultados.-----

--- Relativamente aos relvados sintéticos, confirmou que, efectivamente, num ano ainda não conseguiram fazer nenhum, todavia, acrescentou o PS - PARTIDO SOCIALISTA, em mais de trinta também não fez nenhum. -----

--- Relativamente ao Gualdim, referiu que têm sido desenvolvidos esforços para resolver a situação, todavia o complexo do Gualdim é de uma empresa privada e foi estabelecido um acordo no mandato anterior em que só após a aprovação do plano de pormenor e do loteamento é que a parcela seria cedida. Lembrou que nem uma coisa nem outra ocorreu, pelo que a Câmara não tem legitimidade para exigir a cedência da parcela. Relativamente à alteração nas imobilizações em curso, referiu que, como é óbvio se trata de investimento em curso, que ainda não está espelhado nas contas. -----

--- Disse ser muito difícil na conjuntura em que se vive, actualmente, em que as transferências financeiras do Estado se mantêm constantes e as delegações de competências são cada vez maiores. No âmbito da educação onde se gastaram mais dois milhões de euros, as transferências do Estado mantiveram-se constantes. Portanto há dificuldades em equilibrar contas. -----

--- Frisou que este relatório demonstra uma preocupação em tentar equilibrar as contas não esquecendo os fornecedores, porque ter grandes taxas de investimento e esquecer que as pessoas também tem que receber é fácil, todavia não foi esse o seu objectivo e princípios. O objectivo primeiro foi planear, programar para depois, de forma sustentada, se poder investir nas áreas em que efectivamente existe maior deficit e carência.-----

--- Referiu que a antecipação de receitas traduziria uma execução orçamental de oitenta e sete vírgula trinta e cinco por cento. Frisou que se conseguiram reduzir as dívidas a fornecedores e empreiteiros em vinte e sete por cento, a orçamentação de facturas em conferência no valor de quase dois milhões de euros, a inclusão de compromissos assumidos mas não cabimentados ou não deliberados no montante de quase três milhões de euros e, em seu entender, os documentos espelham estes resultados. Sublinhou ainda, que a despesa com Pessoal em dois mil e seis tem um peso de quarenta e meio por cento

na despesa corrente e em dois mil e cinco representava quarenta e seis vírgula sete por cento. Realçou a questão do imobilizado em curso. Referiu que na página trinta e nove é efectuada uma análise séria da dívida de curto prazo e de médio e longo prazos, e se pode ver a drástica redução de fornecedores em conta corrente, a redução de fornecedores em facturas em conferência, a redução drástica também em quase sete milhões de euros de fornecedores de imobilizado. -----

--- Preciso que, no que se refere à oferta cultural, o montante em causa ronda novecentos e trinta e oito mil euros, embora, desse valor duzentos mil euros sejam ainda referentes a actividades realizadas no anterior mandato. -----

--- O **senhor Vereador Luís Batista** interveio referindo que considera que o balanço espelha as contas da Câmara, acrescentando que se há mais facturas em conferência que se integrem nas contas. -----

--- Prosseguiu referindo que de toda a despesa, dos exercícios anteriores, pagaram-se três milhões de euros, mas também se receberam dívidas de terceiros no valor de dois milhões e quatrocentos mil euros. -----

--- Reafirmou que com as dificuldades que a Câmara atravessa lhe parece exagerado gastar-se um milhão cento e quarenta e oito mil euros no âmbito da oferta cultural, acrescido do valor gasto em publicidade. -----

--- Senhor **Vereador Manuel Afonso** – Começou por referir que, por vezes, na apreciação de alguns assuntos se cria um certo mau estar que é desnecessário uma vez que se estão a analisar as contas da Câmara e os vereadores do PS – Partido Socialista apenas pretendem dar os seus contributos no sentido de, eventualmente, se poder melhorar alguma coisa que esteja menos bem. Disse não estar disponível para estar numa reunião em que o responsável pelas finanças da Câmara lhe diga que estas contas não estão certas porque não estão aqui espelhadas as facturas em conferência, devendo as responsabilidades ser assumidas porque assim ao analisar as contas fica-se com a ideia que não correspondem à realidade. -----

--- Em sua opinião o que estas contas espelham é que a Câmara teve maior receita comparativamente com o ano de dois mil e cinco. Disse ter-se também verificado mais

despesa e, em termos de plano de investimentos, um abaixamento significativo que ficou nos vinte e um ponto sessenta e quatro por cento.-----

--- Levantou, a seguir, dúvidas relativamente à legalidade de alguns procedimentos, designadamente no que se refere ao ajuste directo para iluminação do centro histórico. --

--- Insistiu na questão das facturas em conferência porque se elas de facto existem o Executivo deve saber a que é que dizem respeito porque constata que há rubricas que sofreram alterações, tendo dado alguns exemplos.-----

--- O senhor **Vereador José Marcelino** interveio novamente referindo não ter dúvidas de que há facturas em conferências, recordando a este propósito que, no início do mandato anterior, várias vezes insistiu para que as mesmas fossem apresentadas. Considerou que, neste momento o que é importante é conseguir regularizar esta questão rapidamente.-----

--- Frisou que o que o preocupa é efectivamente a situação real caótica em que estão as finanças da Câmara sendo urgente que se tomem medidas de gestão financeira para que esta situação se ultrapasse de uma forma clara e sem dramas ou problemas de quem é que vai pagar a factura. Estas medidas passam pela contenção nas despesas correntes e em seu entender não houve uma estratégia clara para reduzir as despesas correntes no ano de dois mil e seis.-----

--- O senhor **Vereador Rui Barreiro** colocou algumas questões, designadamente: na página cinco do relatório de gestão o senhor Vereador Ramiro Matos descreve as actividades/obras mais relevantes do ano de dois mil e seis referindo "... apreciação de todos os instrumentos de gestão territorial do Concelho, com propostas de trabalho ...". A este propósito disse não se lembrar de ter sido presente em reunião qualquer informação significativa relativamente aos instrumentos de gestão territorial do Concelho pelo que gostava de esclarecimentos sobre esta matéria.-----

--- Relativamente ao acordo para cedência de espaço na Quinta do Gualdim referiu que o mesmo foi aprovado pelo Executivo Municipal. A este propósito disse que, efectivamente, deveria ser feito um esforço para se conseguir que aquele espaço não seja vandalizado e possa ser utilizado pela população do Concelho.-----

--- Relativamente à questão dos cerca de cinquenta contratos celebrados em Agosto, que tiveram a cabimentação de apenas cinco meses e que depois se vieram a reflectir no ano seguinte aumentando as despesas correntes perguntou se quando são feitas novas admissões não se deve cabimentar apenas o que tem impacto nesse ano ou se é o que tem impacto nos outros anos. Ainda a propósito dos cerca de cinquenta contratos referiu que no balanço social, de dois mil e quatro para dois mil e cinco, houve um aumento de quarenta e três efectivos em todas as situações existentes e o saldo entre dois mil e cinco e dois mil e seis é de apenas oito. Assim, solicitou esclarecimentos sobre esses cinquenta contratos, designadamente onde é que essas pessoas foram colocadas. -----

--- Prosseguiu referindo que na página quarenta está escrito o seguinte: “A dívida de curto prazo reflecte outra realidade complexa, a existência das designadas “facturas em conferência “, classificadas nas contas duzentos e vinte e oito e dois mil seiscentos e dezoito.” Depois diz o seguinte: “Trata-se de uma situação já estrutural à situação financeira e contabilística da autarquia. Tanto quando podemos apurar esta realidade reporta-se aos anos noventa, embora só em dois mil e dois, com a implementação do POCAL foi possível fazer reflectir essas facturas no valor da dívida de curto prazo.” ----

--- A este propósito referiu que algumas Câmaras iniciaram a implementação do POCAL antes de dois mil e dois. Na mesma página do relatório diz-se ainda: “Porém, esta prática foi generalizada após a entrada em vigor do POCAL, nunca tendo sido resolvida ou minorada, mas antes aumentada, com excepção do ano de dois mil e seis em que existe uma redução significativa do montante de facturas nestas contas. -----

--- Trata-se de documentos maioritariamente sem cabimento orçamental, relativos a vários anos económicos e cuja caracterização individual é urgente realizar.”-----

--- Relativamente a esta afirmação sublinhou nunca ter autorizado qualquer despesa sem cabimentação orçamental estando de consciência perfeitamente tranquila. -----

--- Referiu que na fase final do mandato, os senhores presidentes de junta decidiram unilateralmente avançar com um conjunto de obras significativas, tendo, aliás, participado nalgumas reuniões em que o objectivo era resolver alguns dos investimentos que tinham sido feitos pelos senhores presidentes de junta introduzindo essas matérias

nas contas da Câmara. -----

--- Realçou o facto do senhor Vereador Joaquim Neto, que foi vereador no mandato anterior, ser actualmente o Presidente do Conselho de Administração da Scalabisport, e o senhor Vereador Manuel Afonso continuar a ser Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, sendo os conselhos de administração destas duas empresas municipais da competência da actual Câmara. Assim – continuou - se a actual maioria que governa a Câmara considera que há problemas graves, que há problemas de gestão é lamentável que não tenha feito uma proposta de alteração da composição destes Conselhos de Administração. -----

--- O senhor **Presidente** sublinhou que a SCALABISPORT – Gestão de Equipamentos e Actividades Desportivas, EM e os Serviços Municipalizados mantêm a gestão anterior porque se reconhece que estão a exercer as respectivas funções de uma forma correcta e responsável e os problemas da SCALABISPORT – Gestão de Equipamentos e Actividades Desportivas, EM e dos Serviços não se resolvem com a mudança dos respectivos conselhos de administração. -----

--- Relativamente aos custos com a oferta cultural sublinhou que aquilo a que o PS – Partido Socialista chama gastos e considera um excesso, em sua opinião é um investimento. Salientou que o investimento da Câmara Municipal de Santarém na cultura, durante um ano, corresponde a um vírgula trinta e seis por cento do respectivo orçamento. Em seu entender é investimento em cultura e lamenta que o PS – Partido Socialista considere que um vírgula trinta e seis por cento do orçamento da Câmara seja um excesso. Realçou que nesta percentagem estão incluídas as festas de todas as freguesias, toda a programação do Teatro Sá da Bandeira, toda a programação da Artemrede, tudo, desde o Requiem de Mozart até ao Quim Barreiros. -----

--- A cultura é um instrumento decisivo para que todas as camadas da população possam ter acesso à boa música, bom teatro, boa representação, bons livros. Em termos de oferta cultural trouxe uma das melhores do País, dando uma visibilidade fortíssima a Santarém. Alguns dos melhores acontecimentos culturais do País passaram em Santarém no ano de dois mil e seis, alguns organizados pela Câmara, outros apoiados pela Câmara. -----

--- Relativamente aos instrumentos de gestão territorial informou que na próxima reunião será presente uma proposta sobre esta questão. -----

--- Relativamente às obras no Concelho, realçou algumas como a correcção da Estrada Real, o Jardim de Pernes, o Largo de Casével, a climatização das escolas acrescentando que poderia ter feito muito mais obras com dívidas a longo prazo. A este propósito sublinhou a situação financeira da Câmara, extremamente difícil, e o esforço que está a ser feito para se conseguir reparar os danos provocados por uma gestão que é muito maior que o último mandato. -----

--- O senhor **Vereador Rui Barreiro** interveio novamente referindo que o senhor Vereador Luís Batista disse que na opinião dele defenderia, face à necessidade de haver alguma contenção, que se verificasse uma dedução das actividades culturais. O PS – Partido Socialista efectivamente, também disse que, face à situação financeira da Câmara, existiam actividades/festas a mais, todavia, nunca disse que se devia acabar com a cultura. -----

--- O senhor **Presidente** considerou que o Partido Socialista não pode dizer que um vírgula trinta e seis por cento do orçamento é um valor exagerado gasto em cultura e, depois dizer que gosta de cultura. Acrescentou que pretende desenvolver uma política cultural apesar de saber que vai ter grandes dificuldades em implementá-la de uma forma séria e sustentada. -----

--- O senhor **Vereador Ramiro Matos** teceu algumas críticas a propósito da atitude política do PS – Partido Socialista perante os documentos em análise. Considerou inadmissível o comportamento do senhor Vereador Manuel Afonso relativamente às facturas em conferência já que nos quatro anos em que esteve na Câmara no último mandato nada fez para resolver o problema. Esclareceu que se trata de despesas efectuadas sem cabimentação orçamental e que se têm vindo a incluir no orçamento no sentido de regularizar a situação. -----

--- Relativamente ao aumento das despesas correntes chamou a atenção para a evolução da despesa referindo que no primeiro ano de mandato anterior aumentaram a despesa corrente em vinte e quatro vírgula vinte e cinco por cento e aumentaram

progressivamente as facturas em conferência, pelo que estranhou que venham agora dizer que se tem que resolver o problema quando a subida até é inferior e está devidamente justificada com as competências que foram transferidas. -----

--- Submetidos os documentos a votação pelo senhor Presidente a Câmara deliberou, por maioria, com abstenção dos senhores Vereadores Rui Barreiro, Manuel Afonso, Henriqueta Carolo e Luís Batista, voto contra do senhor Vereador José Marcelino e votos favoráveis dos senhores Vereadores Ramiro Matos, Lígia Batalha, Ricardo Gonçalves e do senhor Presidente, aprovar o Relatório de Gestão e Prestação de Contas da Câmara Municipal de Santarém e o Balanço Social, referentes ao ano de dois mil e seis.-----

--- Mais foi deliberado remeter os documentos à Assembleia para que, nos termos da lei, proceda à sua apreciação e votação. -----

--- Apresentaram declaração de voto:-----

--- Senhor **Vereador José Marcelino** – “Quando da apresentação o Orçamento e Grandes Opções do Plano para dois mil e seis, dissemos que a CDU - Coligação Democrática Unitária esperava que o PSD – Partido Social Democrata tivesse engenho, arte e a coragem necessárias para efectuar as mudanças de gestão que o Concelho de Santarém precisa e exige. -----

--- Assim, estivemos sempre disponíveis para encontrar medidas rigorosas que ajudassem a gerir os destinos do Município e que não alienassem o património que não é nosso mas dos que nos elegeram. -----

--- Entendemos que face à maioria relativa da Câmara não devíamos contribuir para a tornar ingovernável, que devíamos respeitar o voto dos Municípes e viabilizar os vários instrumentos de gestão apresentados. -----

--- Contra as medidas que em nossa opinião se impunham para regularizar a grave situação económica do Município, que passavam e passam por uma forte contenção nas despesas correntes, que contribuam para a amortização do passivo (até pela conjuntura económica desfavorável face ao aumento das taxas de juro), o Partido Social Democrata não enveredou por esse caminho diminuindo até acentuadamente a poupança que apesar

de tudo se vinha fazendo. -----

--- A CDU - Coligação Democrática Unitária não está de acordo com esta forma de gestão que aposta claramente em acções de Marketing em detrimento do saneamento financeiro urgente de que precisa o Município de Santarém, por isso a CDU - Coligação Democrática Unitária vota contra o Relatório de Gestão e Prestação de Contas de dois mil e seis.” -----

--- Senhor **Vereador Rui Barreiro** – Referiu que a intervenção do senhor Vereador Luís Batista constitui declaração de voto, acrescentando que “o Partido Socialista apesar de considerar extremamente baixa aquilo que é a necessidade do Concelho em termos de investimento e os valores próximos dos vinte por cento de execução revê-se ainda num conjunto de pagamentos efectuados a obras iniciadas no mandato anterior e que de alguma forma ou foram completadas já em dois mil e seis e que estão reflectidas ainda nesta prestação de contas e por isso considera que a posição de voto mais adequada é a abstenção.” -----

--- **RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM, REFERENTE AO ANO DE DOIS MIL E SEIS** -----

--- Para efeitos de apreciação e votação, foi presente o documento em epígrafe, que se dá por integralmente transcrito nesta acta, ficando o mesmo arquivado em pasta anexa ao livro de actas (Documento IV). -----

--- O **senhor Vereador Ramiro Matos** disse verificar-se um aumento das despesas correntes e um decréscimo do investimento relativamente ao ano anterior. Realçou a taxa de execução do plano de investimentos que considerou satisfatória. Acrescentou que, no seu entender, as novas formas de gestão implicam mais despesas correntes como o caso do aluguer operacional de viaturas e como o processo de certificação para a qualidade, realizado durante o ano de dois mil e seis que também são despesas correntes e que justificam o aumento dos fornecimentos e serviços externos com prejuízo do investimento.-----

--- O **senhor Vereador José Marcelino** sublinhou que nos meios libertos se verificou

um valor inferior ao habitual, por culpa dos custos dos fornecimentos e serviços externos e, também, por culpa da diminuição das receitas de venda de água. Disse estar a pensar apresentar algumas propostas de correcção ainda durante o ano de dois mil e sete no sentido de, no ano de no ano de dois mil sete, os Serviços retomarem os resultados dos anos anteriores. -----

--- O **senhor Vereador Manuel Afonso** disse concordar com a necessidade de se proceder a algumas correcções porque o resultado liquido teve uma diferença significativa e, com certeza que, melhorando alguns aspectos do funcionamento dos serviços, poder-se-á em futuros exercícios voltar a aproximar-se dos resultados do passado.-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Relatório de Gestão e Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Santarém, referente ao ano de dois mil e seis, devendo o documento ser remetido à Assembleia Municipal para apreciação e votação. -

--- Sob proposta do **senhor Presidente**, a Câmara deliberou, unanimemente, aprovar em minuta os termos da presente acta a fim de produzir efeitos imediatos.-----

--- Finda a análise dos assuntos constantes da ordem de trabalhos, o **senhor Presidente** convocou a próxima reunião do Executivo Municipal para o dia vinte e três do corrente mês, com início às quinze horas e de acordo com a competência que lhe confere o número cinco do artigo oitenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, declarou aberto o “**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DESTINADO AO PÚBLICO**”, não se tendo registado qualquer pedido de intervenção.-----

ENCERRAMENTO

--- E não havendo mais assuntos a tratar, pelo senhor Presidente foi declarada encerrada a reunião eram vinte e quatro horas, lavrando-se a presente acta que vai ser assinada. ----

--- E eu, _____ Chefe de Secção
a redigi e subscrevi.-----

--- **O PRESIDENTE**-----

--- Francisco Flores _____

--- **OS VEREADORES** -----

--- Rui Barreiro _____

--- Ramiro Matos _____

--- Manuel Afonso _____

--- Ricardo Gonçalves _____

--- Luís Batista _____

--- José Marcelino _____

--- Lígia Batalha _____

--- Henriqueta Carolo _____